SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Mala Direta Postal
9912271704-DR/PR
SENAR
CORREIOS

BOLETIM INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1234 - 23/09/2013 a 29/09/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

SOLUÇÃO INTELIGENTE

A PARCERIA NO TRANSPORTE DE CANA E MADEIRA

TECNOLOGIA
Potencial dos Transgênicos

ZONEAMENTO
O direito de plantar

FOTOGRAFIA
Sebastião Salgado

Aos Leitores

Os interesses públicos e privados foram conciliados no Programa Caminhos do Desenvolvimento. Com uma abrangência de 76 municípios do Norte e Noroeste do Estado, 27 usinas de açúcar e álcool se juntaram às prefeituras e à Secretaria de Infraestrutura e Logística para a reparação e manutenção de estradas rurais. Cerca de 1,5 milhão de caminhões, a maior parte bitrens, circulam nessas vias. Cerca de 1,5 milhão de paranaenses, serão beneficiados com os dividendos desse Programa exemplar de PPP – Parceria Público/Privada. Também o setor madeireiro já aderiu a esse Programa e a avicultura e a indústria do cimento também já fizeram consultas técnicas ao DER para viabilidade de parcerias semelhantes. Esse é o principal tema desta edição, que também coloca o dedo na ferida da burocracia infernal deste país, onde a revista Exame critica a Anvisa, Mas a publicação erra ao alvo ao apontar para o atraso na liberação de defensivos o motivo de uma redução – que não se verifica – na produtividade do campo. Para um refresco, duas páginas de fotos e algumas de um dos melhores, senão o melhor, fotógrafo do mundo: o brasileiro Sebastião Salgado

Índice

Tecnologia 03
Análise das folhas 06
Cafeícultura 08
Infraestrutura 10
Burocracia 14
Zoneamento Agrícola 16
Fotografia 18
Opinião 20
Agrinho 22
Plantio Direto 24
Conseleite 25
Notas/FUNDEPEC 26
Eventos Sindicais 28
Via Rápida 30

Fotos: Divulgação, Fernando Santos, Milton Dória, Arquivo FAEP, Ocepar e Sebastião Salgado

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal** : Sebastião Olimpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR I Administração Regional do Estado do PR
R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos, André Amorim e Tatiano Maviton | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Como garantir todo o potencial da tecnologia transgênica

E a necessidade de espaçamento e da área de refúgios

Por Maria Silvia Cavichia Digiovani - Engenheira-agrônoma - DTE/FAEP

O Brasil é o 2º país que mais planta transgênicos no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, conforme mostra o quadro a seguir.

País	Área 2012 milhões de ha	Área 2011 milhões de ha	Área 2010 milhões de há	Culturas GM plantadas
EUA	69,5	69	66,8	Soja, milho, algodão, canola, abóbora, papaia, alfafa e beterraba
Brasil	36,6	30,3	25,4	Soja, milho, algodão
Argentina	23,9	23,7	22,9	Soja, milho e algodão
Canadá	11,6	10,4	8,8	Canola, milho, soja e beterraba
Índia	10,8	10,6	9,4	Algodão
China	4,0	3,9	3,5	Algodão, papaia, álamo, tomate, pimentão

Fonte: Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA).

A primeira geração de transgênicos, as plantas RR, permitiram aos produtores melhores condições para o controle de plantas invasoras, uma vez que são resistentes a aplicação de herbicida com princípio ativo glifosato, que causa dessecação nas demais plantas.

Com a aplicação de um único produto o agricultor passou a controlar toda gama de plantas invasoras que anteriormente exigiam um coquetel de produtos.

Porém, a aplicação contínua de glifosato, safra após safra, foi matando os biótipos suscetíveis das plantas invasoras e promovendo a seleção de biótipos resistentes. A buva é um exemplo clássico de planta invasora resistente ao glifosato.

Rotação de culturas

Uma maneira de evitar o uso repetitivo de um mesmo herbicida é a realização de rotação de culturas.

Vale ressaltar que em 2003 a Embrapa já fazia um alerta "A monocultura ou mesmo o sistema contínuo de sucessão do tipo trigo-soja ou milho safrinha-soja, tende a provocar a degradação física, química e biológica do solo e a queda da produtividade das culturas. Também proporciona condições mais favoráveis para o desenvolvimento de doenças, pragas e plantas daninhas".

A pesquisa constatou que a rotação deve ir além do trinômio soja-milho-trigo. Considerando as condições edafoclimáticas de cada região, o agricultor precisa planejar a rotação, intercalando as áreas da propriedade com o plantio de diferentes culturas, selecionadas não só pelo valor econômico mas também considerando aquelas que, embora sirvam apenas como cobertura do solo ou tenham menor valor econômico, garantem ganhos com a redução da incidência de pragas, doenças e ervas daninhas, com a melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo, favorecendo ganhos de produtividade na lavoura principal.

O produtor deve informar-se antes de planejar a rotação, pois a pesquisa já definiu esquemas de rotação adaptados para cada região.

A segunda geração de plantas transgênicas trouxe mais uma vantagem: a resistência das plantas ao ataque de lagartas.

A primeira lavoura a contar com essa tecnologia em grande escala foi o milho e mais recentemente a soja.

A resistência ao ataque de lagartas se deu com a introdução da tecnologia BT, cujo nome originou-se de *Bacillus thuringiensis (BT)*, que é uma bactéria de solo capaz de sintetizar proteínas altamente tóxicas, capazes de provocar a morte em lagartas, sendo porém inócuas para a maioria dos outros organismos, incluindo insetos benéficos.

Através da transgenia, cientistas introduziram os genes de Bt ,que comandam a formação das proteínas tóxicas, nos genomas dos vegetais permitindo a presença contínua das proteínas em todos os tecidos da planta, atingindo assim os insetos-praga que se alimentam de qualquer tecido.

Ou seja, a própria planta produz a proteína mortal para o inseto que a ataca. Para extrair o máximo dessa tecnologia que evita ou diminui o emprego de inseticidas nas lavouras e garantir sua longevidade, o agricultor precisa seguir duas regras estabelecidas que são a coexistência e a área de refúgio.

1º) Regra de coexistência ou de espaçamento para o milho transgênico

Para a soja, por tratar-se de uma planta na qual a polinização ocorre antes da abertura das flores, não é necessário manter distância para instalação de uma lavoura transgênica de outra convencional visando evitar contaminação. Pesquisadores mostram que a ocorrência de polinização cruzada na lavoura de soja é da ordem de 1% .

Já no caso do milho, que tem polinização aberta e cruzada, sendo mais susceptível à contaminação, o espaçamento entre lavouras convencional e transgênica de diferentes produtores deve ser rigorosamente observado, conforme a Resolução Normatva 04/07 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNbio .

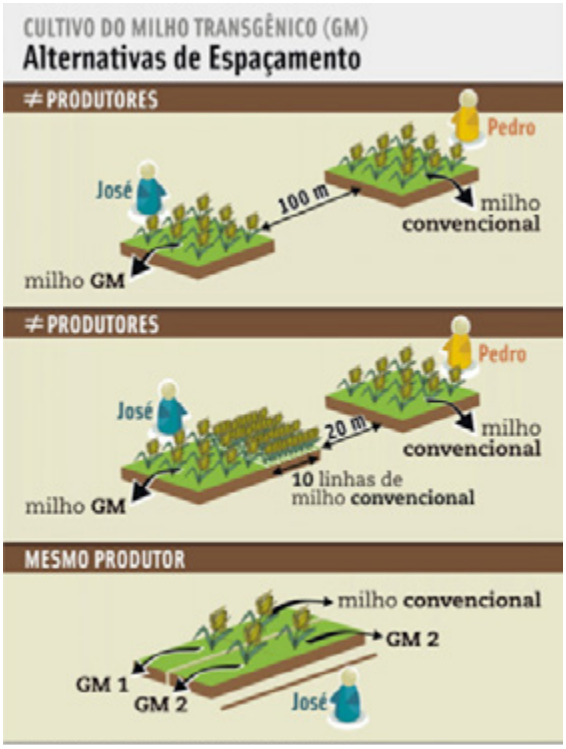
Para lavouras de um mesmo produtor não é necessário deixar espaçamento entre milho transgênico e convencional. Porém toda a produção será comercializada como transgênica.

Qual é o espaçamento adequado?

- a) A lavoura de milho transgênico deve ser implantada a distância mínima de 100 metros de lavouras convencionais de milho de outros produtores, ou;
- b) Pode ser deixada a uma distância de 20 metros entre a lavoura transgênica e a convencional, desde que na área de milho transgênico sejam plantadas 10 linhas de milho convencional do mesmo ciclo e porte do transgênico.

Esse procedimento não deve ser confundido com área de refúgio , trata-se de uma exigência além da área de refúgio.

Abaixo esquema de espaçamento



Fonte: MAPA | Infografia: ASCOM - FAEP/SENAR-PR

O agricultor que plantar milho transgênico e não respeitar esse espaçamento poderá ser autuado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ficando sujeito à advertência; multa; interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento; perda ou suspensão da participação de financiamento de crédito oficial (decreto 5.591/2005) e em caso extremo, prisão de um a quatro anos (lei 11.105 de 24/3/2005, capítulo VIII, art.27)

Importante: Mesmo que o vizinho concorde com uma distância menor ou com a ausência de espaçamento, o produtor que plantou o transgênico será autuado se houver fiscalização do MAPA, como já ocorreu no Paraná. Em caso de autuação antes do florescimento, o agricultor que plantou a lavoura transgênica terá de providenciar o espaçamento de 100 metros da área convencional do vizinho, eliminando fileiras de plantas que correspondam a esta metragem. Se a irregularidade for detectada após o florescimento, a área será embargada

2º) Área de refúgio

A área de refúgio é necessária para todas as lavouras transgênicas com a tecnologia BT e é a principal recomendação de Manejo de Resistência de Insetos (MRI) em todos os países em que as culturas Bt tem sido cultivadas.

Trata-se da adoção de práticas que evitem a seleção

de lagartas resistentes capazes de causar danos expressivos nas lavouras Bt.

Implantar a área de refúgio é um procedimento simples: basta semear uma área com sementes convencionais, de igual porte e ciclo, próximo da área implantada com sementes transgênicas. A época de semeadura deve ser a mesma para as duas áreas.

Qual a importância de implantar área de refúgio

Lagartas naturalmente resistentes podem sobreviver na área de lavoura transgência e transmitir a característica de resistência para gerações futuras.

A importância do refúgio consiste em atender a necessidade de garantir uma área de cultivo convencional para que aí criem-se insetos sensíveis à tecnologia BT, ou seja, que serão mortos ao se alimentarem de uma planta BT.

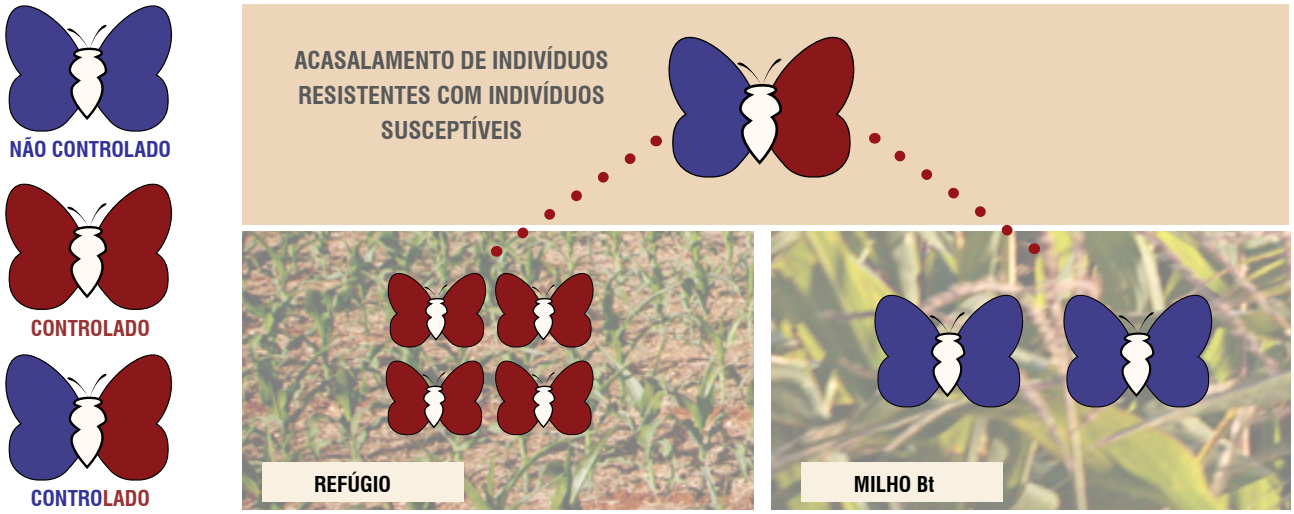
Esses insetos sensíveis irão se acasalar com possíveis insetos resistentes originados na área de transgênico e originar uma população de insetos sensíveis, que serão controlados pelas proteínas inseticidas de *Bacillus thuringiensis (Bt)* produzidas pelas plantas.

Caso contrário, na ausência de refúgio, os insetos que venham a adquirir resistência à tecnologia BT, irão se acasalar entre si dando origem a uma nova raça de lagartas resistentes, que exigirão aplicação de altas doses de defensivos químicos para controle, pondo em risco a eficácia da tecnologia BT.

Importante ressaltar que isso já vem ocorrendo: como a maioria dos produtores vem ignorando a necessidade de implantação de refúgio, as áreas de milho BT vem exigindo aplicações de inseticidas químicos em doses altas.

Por isso, o monitoramento da lavoura é uma prática agrícola necessária e importante no manejo das lavouras Bt, para determinar se há necessidade de aplicação de inseticida químico, considerando a população do inseto e sua fase de desenvolvimento, a fase de desenvolvimento da cultura e as condições ambientais

Ver esquema de manutenção de susceptibilidade dos insetos à tecnologia BT



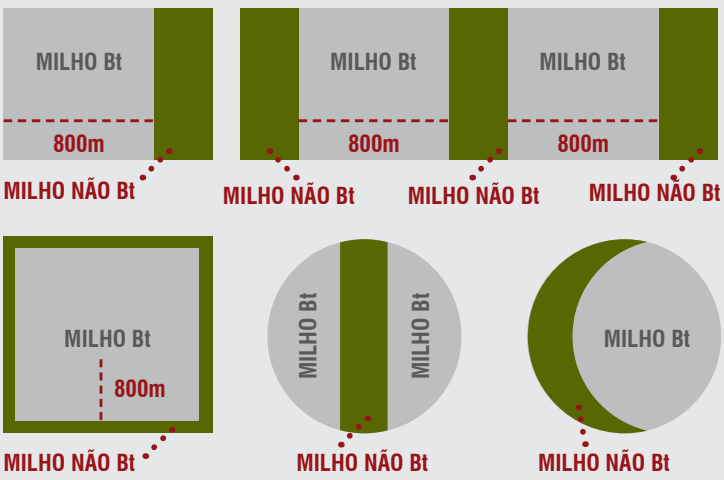
Qual é o percentual de plantas convencionais e a distância recomendada?

De acordo com a orientação de cada empresa comercializadora de semente transgênica, o manejo correto consiste no plantio de 10% a 20% de cultura com sementes não BT próximo à lavoura transgênica, no máximo a 800 m de distância.

Na área de refúgio o produtor precisa efetuar o controle de pragas com inseticida que não seja à base de BT, sempre que o número de insetos presentes, detectados no monitoramento constante da lavoura justificar a aplicação

Ver esquema sugerido para áreas de refúgio.

(Fonte-Embrapa)



Para plantios realizados sob pivô central (irrigação) recomenda-se que a área de plantas convencionais também seja plantada sob o pivô para que tenham as mesmas condições de manejo.

Os segredos revelados pelas folhas

Análise foliar: o tira-teima da nutrição das lavouras

Na última safra de verão, parte de uma gleba de milho da família Uemura, em Mauá da Serra, no norte paranaense, ficou raquítica em comparação com o resto da lavoura. Seria doença, praga, encharcamento do solo ou falta de algum nutriente? O produtor Humberto Uemura não teve dúvida: coletou amostras de folhas e mandou para o laboratório conveniado à Cooperativa Agrária.

Dias depois, a análise foliar revelava que estava tudo bem com a absorção de nutrientes do milharal. O problema tinha outra causa, que o produtor ainda tenta descobrir. A suspeita recai agora sobre compactação do solo ou alguma infestação de nematóide. Uemura recorreu a uma ferramenta científica de precisão, a análise foliar, ainda pouco usada por produtores para descobrir a real absorção de nutrientes pelas plantas. Quando coletadas e analisadas no momento certo, as folhas revelam tudo sobre a situação nutricional da planta, o que possibilita medidas corretivas dentro do próprio ciclo ou para safras seguintes.

Ele guarda os relatórios de análise foliar num banco de dados, que funciona como um histórico da evolução dos diferentes talhões da propriedade, em termos de fertilidade. “A cada safra, a análise foliar mostra alguma coisa que a gente poderia ter feito melhor. Pelo histórico, vamos corrigindo a adubação, aumentamos o que está faltando, diminuímos o que está em excesso, tentando equilibrar isso no solo e consequentemente na planta”, diz ele. Ao longo dos anos, ele aprendeu também que “às vezes, o excesso de um nutriente prejudica a absorção pela planta de outro nutriente”; o ajuste vem na hora de fazer o planejamento da adubação.

A ”prova dos nove”

A análise das folhas não substitui nem compete com a análise de solos. Estuda-se o solo para saber o que oferecer à planta; mas para descobrir se o fertilizante chegou mesmo ao destino desejado, a ferramenta mais precisa à disposição dos produtores é a análise do tecido foliar, em laboratório.

"É fundamental para verificar como a planta reagiu à aplicação dos insumos, numa determinada condição de ambiente. A planta é o laboratório, é ela que está extraindo, percebendo a diferença de clima, de chuva, de temperatura, e dá uma resposta em termos de absorção de nutrientes", diz o professor Volnei Pauletti, que coordena o laboratório de Nutrição de Plantas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A análise foliar é uma espécie de tira-teima ou "prova dos nove". Às vezes, o produtor faz tudo certo: análise de solo, calagem e adubação, e ainda escolhe uma variedade adaptada à região. Mesmo assim, a lavoura não tem a produtividade esperada, apesar do clima favorável e da ausência de pragas e doenças significativas. Para ter certeza que não houve deficiência nutritiva, é preciso coletar folhas na fase de floração e mandar para o laboratório.

Radiografia

Na UFPR, o raio-X da planta é feito por um aparelho chamado Inspectômetro de Emissão Atômica com Plasma Indutivamente Acoplado (ICP-OES), que os estudantes chamam simplesmente de máquina de plasma.

As folhas são desidratadas em uma estufa, depois queimadas com ácido clorídrico (para solubilizar os nutrientes) e, finalmente, vão para a máquina de plasma, que vaporiza o que sobrou numa temperatura de mais de 1000 graus. Como cada elemento químico tem seu ponto de queima, o computador calcula a exata quantidade de ferro, fósforo, potássio ou boro encontrada na amostra. Em poucos minutos, tem-se um extrato com todos os elementos da tabela periódica.

No laboratório da UFPR o doutorando em engenharia florestal Hilbert Blum, 29 anos, tentava saber como as diferentes espécies florestais cultivadas na região de Rio Negro contribuem com a matéria orgânica do solo. Blum acabou fazendo outra descoberta: constatou que em plantações de pinus a matéria orgânica se decompõem mais lentamente, o que pode ser uma vantagem ambiental. "Esta espécie têm uma taxa de decomposição menor, o que faz com que o carbono fique mais tempo fixado do que as espécies nativas. Nesse ponto, é uma vantagem", diz Blum.

Uma colega dele, Carla Xavier, mestranda em biologia, buscava entender por que certas espécies de bromélias de um costão rochoso, na Ilha do Mel, são tão resistentes. "Estas bromélias tem um bom desenvolvimento, apesar de estarem em condições inóspitas, com muito sal, vento, sol forte e solo raso. A gente quer entender esta relação, da planta com o solo, o que pode ser útil também para outras espécies, em termos de assimilação de nutrientes".

Para as culturas comerciais como a soja e o milho, a análise foliar geralmente serve como diagnóstico para corrigir deficiências de nutrientes para a safra seguinte. Às vezes, quando o problema é detectado na lavoura ainda jovem, com três ou quatro folhas, é possível reverter a situação no mesmo ciclo. Ao notar os sintomas – pouco crescimento ou folhas um pouco amareladas – o produtor deve mandar amostras separadas para o laboratório, de plantas saudáveis e plantas suspeitas. "Vindo o resultado, ele faz a comparação, para saber se está mesmo faltando algum nutriente, a tempo de corrigir", diz o professor Pauletti.

Existem laboratórios de análise foliar nas principais regiões produtoras do Paraná. Para amostras enviadas ao laboratório da UFPR, o custo é de 8 reais por elemento analisado, e a resposta é enviada ao produtor no prazo de uma semana ou 10 dias depois.

Mais informações:
Professor Volnei Pauletti - ***vpauletti@ufpr.br***

Para salvar a lavoura

FAEP pede medidas para tirar cafeicultura da crise

O Paraná tem 12 mil famílias de cafeicultores, em sua maioria produzindo em pequenas propriedades. A atividade atravessa uma crise que pode representar a inviabilidade da atividade nos próximos anos caso o governo não adote política agrícola eficiente de apoio.

A área de café em 2000 era de 163.900 hectares e ao longo dos anos foi reduzida em 50%, chegando em 2012 com 82.300 hectares, dos quais ainda serão subtraídos em 2013 mais 16 mil hectares por conta da erradicação de áreas devido às geadas e aos preços ruins.

Os dados preliminares do levantamento realizado pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (Seab/PR) mostram que 83% das áreas cultivadas foram atingidas pelas geadas. Da produção para 2014, prevista em 1,54 milhão de sacas de 60 kg, estima-se que 954 mil sacas, ou seja, 62% sejam perdidas.

Tem sido uma constante nessa última década, salvo raros meses que os preços pagos aos produtores estejam abaixo dos custos de produção. Como agravante, o governo federal reajustou recentemente o preço mínimo de café para apenas R$ 307,00 por saca de 60 kg, valor que não cobre os custos de produção de R$ 371,38, conforme levantamento da Seab/PR.

Com o objetivo de apoiar a produção de café e dar sustentação aos preços no mercado físico, o governo federal publicou aviso de venda do contrato de opção de venda de café arábica, cujo primeiro leilão foi realizado em 13 de setembro, sendo previstos mais dois leilões.

No entanto, o leilão não surtiu os efeitos desejados no Paraná, resultando em apenas 16% dos contratos negociados, ou seja, dos 500 ofertados somente 80 contratos foram arrematados. Isso ocorreu porque o leilão contemplou apenas o café tipo 6 bebida dura, deixando de fora outros tipos de café e pelo vencimento das opções previsto para 31/03/2014, considerado um prazo muito longo pelos produtores.

Preços defasados

Apesar da realização do leilão, o preço recebido pelo produtor no mercado físico não tem reagido. Em setembro do ano passado o produtor recebia em média R$ 354,34 por saca de 60 kg, praticamente R$100,00 a mais do que o recebido em 13 de setembro último de R$ 254,48. Ou seja, a cada saca de 60 kg de café vendida pelo produtor, o prejuízo médio tem sido de R$ 117,00.

Vale ressaltar que o item "café moído" acumula no ano, até agosto de 2013, variação negativa de 4,90% no levantamento do IBGE para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), enquanto a inflação oficial - IPCA geral teve variação positiva de 3,43% no mesmo período.

Porém, em se mantendo os níveis de erradicação dessa última década, o Paraná vai reduzir as condições de suprir suas necessidades de abastecimento e consumo, significando prejuízos para a toda a cadeia produtiva, como aumento significativo dos custos, perda de empregos nas indústrias e cooperativas e redução de receitas em 12 mil pequenas propriedades cafeeiras.

Essa descrição da cafeicultura paranaense está no contexto de um documento encaminhado pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette, a várias autoridades e instituições do país (*). Nele, é pedida uma ação governamental urgente para salvar a cafeicultura paranaense, adotando as seguintes medidas:

- **1.** Publicar os novos avisos de edital de contrato de opção com vencimento para no máximo em janeiro de 2014, aumentando o volume de 3 milhões para 5 milhões de sacas e contemplando café tipo 6 e 7, bebidas riada e dura.
- **2.** Aplicar recursos na Aquisição do Governo Federal (AGF) de café tipo 6 e 7, bebidas riada e dura.
- **3.** Criar linha especial para o Paraná com recursos do Funcafé, contemplando também produtores enquadrados no Pronaf e Pronamp e estabelecendo condições excepcionais no financiamento de recuperação de cafezais danificados pelas geadas, as quais sejam: juros de 3,5% ao ano com prazo para pagamento de 8 anos, com 3 anos de carência; limite de crédito de até R$ 8.000,00 por hectare quando destinados à recuperação de lavouras com procedimento de esqueletamento, recepa ou arranquio; período de contratação entre novembro de 2013 até junho de 2014.
- **4.** Prorrogar as parcelas de 2014 dos custeios de Funcafé e outros custeios com recursos oficiais para café, estabelecendo dois anos de carência na renegociação, tendo em vista o período necessário para retomada da produção.
- **5.** Renegociar as parcelas de investimentos com vencimentos em 2014 e 2015, permitindo a prorrogação para um ano após o vencimento da última parcela.
- **6.** Definir no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) uma política de preços mínimos regionalizadas para o café, tendo em vista as diferentes características de formação de custos de cada Estado produtor.
- **7.** Alterar as normas do Proagro para que a vigência da cobertura seja de dois anos, respeitando as características do ciclo de produção do café.

O documento foi encaminhado a:

- Ministérios: Mapa, Casa Civil, MDA, Planejamento, Fazenda, MDIC.
- Conselho Nacional do Café (CNC) - Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); Fernando Lúcio Giacobo - Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Sindicatos Rurais ; Comissão de Café da FAEP; MAPA – Departamento do Café - DCAF/SPAE; José Gerardo Fontelles – Mapa; BACEN; MDA - Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) - Secretário Valter Bianchini ; Katia Abreu, presidente da CNA.

Revigoramento

Paralelamente a Seab-PR em conjunto com a FAEP, Fetaep e Ocepar encaminharam ao Ministro da Agricultura, Antonio Andrade Ferreira e ao secretário nacional de Política Agrícola, Neri Geller, as propostas para o "Plano de Revigoramento da Cafeicultura Paranaense", elaborado por essas instituições. O objetivo geral do Plano é proporcionar a sustentabilidade econômica, social e ambiental das pequenas e médias propriedades cafeeiras, através da modernização e readequação das lavouras e pela substituição gradativa da mão de obra pela mecanização.

De mãos dadas

Parceria para a melhora do transporte de cana e madeira

Por Katia Santos

Uma Parceria Público Privada (PPP) vai tirar das rodovias estaduais o tráfego de caminhões pesados que transportam cana-de-açúcar e madeira e melhorar as condições de trânsito para outros veículos. A iniciativa foi da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Governo do Estado que criou o Programa Caminhos do Desenvolvimento.

As ações do setor sucroalcooleiro estão mais avançadas e as obras tem previsão de começar ainda esse ano. A malha rodoviária que envolve o setor é de 1,5 mil quilômetros. Nesse segmento serão investidos 168 milhões, sendo 104 milhões do governo do Estado e 64 milhões da Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcopar). Esses recursos serão aplicados também na construção de 151 pontes, 49 trincheiras e a aquisição de uma balsa e dois rebocadores no município de São Pedro do Ivaí. "Ao final dos quatro anos esse programa vai gerar uma economia para as usinas de 10% com o item Corte, Carregamento e Transporte (CCT) da cana, o que significará uma redução de gasto de 5,6 a 6,2 milhões de reais por ano. Esse valor incluiu o custo de manutenção das estradas e da frota", afirma o presidente da Alcopar, Miguel Rubens Tranin.

As usinas já fazem uma série de reparos e manutenções nas estradas rurais por onde a cana-de-açúcar é transportada. Com o programa o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), que está encarregado do planejamento e execução das obras espera retirar das rodovias estaduais parte dos 1,5 milhão de caminhões, a maioria bitrens, que transportam a matéria-prima. "Esse programa alcança toda a área de abrangência das 27 usinas paranaenses facilitando o transporte e ao mesmo tempo promovendo um ganho de segurança aos usuários das vias pavimentadas com a redução do número de caminhões", completa Tranin.

O presidente da Alcopar explica que esse modelo foi testado em um projeto piloto desde 2011 nos municípios de Terra Rica

e Guairaçá, apresentando excelentes resultados. “Essa iniciativa também está servindo de modelo para outras cadeias produtivas paranaenses e até para outros Estados (Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas Gerais), que já demonstraram interesse em conhecer melhor o projeto e adequá-lo para suas regiões”, finalizou.

A prefeita comemora

Um dos municípios beneficiados é São Pedro do Ivaí, região norte do Estado a 420 km de Curitiba. A prefeita, Maria Regina Della Rosa Magri, está comemorando o recebimento de uma segunda balsa e dois rebocadores. O equipamento faz a travessia de caminhões de cana e ônibus de trabalhadores entre São Pedro do Ivaí e Fênix.

“Além da balsa a recuperação das estradas rurais é muito importante. Atualmente conseguimos manter as estradas, com muito sacrifício porque somos um município pequeno e porque também temos a colaboração da usina. A segunda balsa vai trazer mais agilidade para o trajeto”, informa.

A balsa começou a funcionar em 1996, eram transportadas 55 mil toneladas em 2012 e o volume saltou para 178 mil toneladas. O trajeto no rio Ivaí dos caminhões ‘treminhão’ (cabine mais dois containers) é de 200 metros e leva em torno de sete minutos. Com a nova balsa a Usina Renuka Vale do Ivaí pretende dobrar a capacidade de transporte de 45 para 90 caminhões dia.

“O trajeto é feito com um caminhão por vez. Com essa nova balsa iremos transportar a produção de cana de Fênix, São João do Ivaí e Barbosa Ferraz. Acredito que na safra de 2014 essa ampliação estará em operação. A economia com o novo trajeto será de 15 quilômetros por caminhão”, informou o gerente agrícola da usina Cristiano Seidinger.

Responsabilidades divididas

Já foram liberados pelo governo do Estado R$ 42 milhões. Os primeiros investimentos serão aplicados na locação de quatro patrulhas do campo - conjunto de equipamentos destinados à recuperação de estradas rurais - e na construção das três primeiras trincheiras nos municípios: Paranacity, Rondon e Ivaté, cada uma custará R$ 2,5 milhões. A mão de obra para a recuperação das estradas será fornecida pelas usinas.

Os resultados das obras no segmento cana-de-açúcar também beneficiarão mais de 1,5 milhão de paranaenses, que residem nas regiões Norte e Noroeste do Estado, em 76 municípios. Outro município que também está sendo beneficiado é Cruzeiro do Sul, onde 9 dos 18 quilômetros que serão recuperados já estão prontos. Outros seis quilômetros receberão cascalhamento.

“Um dos efeitos que podemos chamar de colateral positivo é a segurança para trafegar que a população rural que usa essas estradas terá após a conclusão das obras. Depois da cana-de-açúcar, a produção de ovos é o segundo setor que mais gera renda no município e também será muito beneficiado por essas obras”, destaca o prefeito de Cruzeiro do Sul, Ademir Mulon.

O município concentra o maior número de granjas de galinhas poedeiras do Estado, treze, que produzem juntas diariamente 3,2 milhões de ovos e emprega mais de mil trabalhadores. Essa produção abastece os mercados de São Paulo e Minas Gerais.

“Nossa atividade é diária e a falta de manutenção das estradas municipais traz grande prejuízo, pois os caminhões não conseguem sair das granjas com a produção e não conseguimos produzir a ração para as aves. Nas granjas produzimos desde a ração até a classificação e acondicionamento dos ovos, atrasar a entrega é um problemão”, informa Arnaldo Cortes presidente da Associação Paranaense de Avicultura (Apavi).

Tarefas divididas

Para a construção das pontes serão montadas pelo DER duas fábricas de vigas - uma em Maringá e outra em Umuarama. Todos os projetos de engenharia foram elaborados pela Alcopar com supervisão do DER. No caso das pontes com até 16,5 metros, classificadas como pequenas, a responsabilidade da construção das

cabeceiras, concretagem e mão de obra fica a cargo Alcopar e o fornecimento das vigas com o DER.

Quatro pontes classificadas como grandes, que tem extensões que variam de 120 metros a 60 metros já foram licitadas. Duas pontes serão construídas entre os municípios de Colombo e Paranacity e Bandeirantes e Andirá. Outras duas pontes serão construídas na bacia do Paranapanema, uma na região de Cambará e outra em Mariluz.

"O prazo para conclusão das obras do setor sucroalcooleiro é de quatro anos, mas a estimativa é que no primeiro ano sejam concluídas as primeiras 35 pontes. Para essas regiões deverão ser gerados cerca de 300 empregos diretos", afirma o engenheiro civil e coordenador do projeto do DER, Mauro Maffessoni.

O processo de adequação nas estradas prevê: drenagem, para evitar erosão; recuperação da base; compactação para suportar o peso dos caminhões; sinalização de limites de velocidade e alargamento quando o relevo e a ocupação das áreas de entorno permitir.

"Em média as estradas rurais tem uma largura de 12 metros, sempre que for viável será feito alargamento para no mínimo 14 metros" explica Maffessoni.

Produção do setor

De acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura, o Paraná é o quarto produtor de cana-de-açúcar no Brasil. São cerca de 610 mil hectares de área plantada, com 27 indústrias em atividade sendo 21 usinas e seis destilarias. O Paraná é o 3º produtor nacional de açúcar responsável por 8% da produção nacional.

Em relação ao etanol o Paraná responde por 5,5% da produção brasileira ocupando o 4º lugar no ranking nacional. No Paraná, são produzidas três milhões de toneladas de açúcar e 1,3 bilhão de litros de etanol por ano. A colheita de cana no Estado é feita 65% manualmente e 35% mecanizada. De acordo com a Alcopar, o setor gera no Paraná 50 mil empregos diretos (12 mil no campo e 38 mil na indústria).

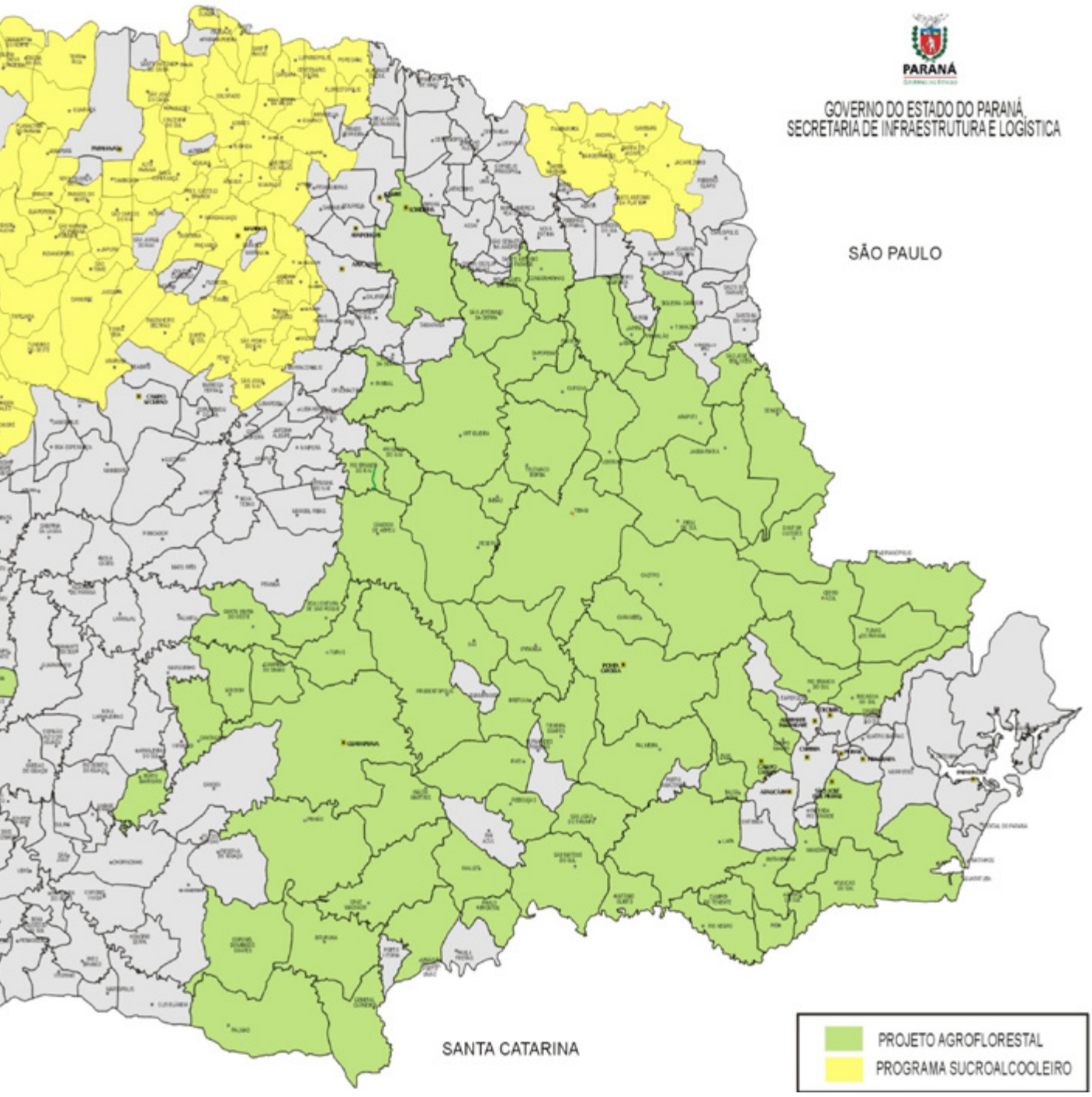
A cadeia da madeira

O setor florestal participa com 7% do Valor Bruto da produção paranaense. Em 2012 foram 49 milhões de metros cúbicos de madeira em uma área plantada de 1,4 milhão de hectares (pinus e eucalipto). Só a produção de Pinus no Estado representa 80% das florestas plantadas no Paraná, que detém 7,8% do PIB do Estado e emprega cerca de 650 mil empregos (diretos, indiretos e efeito renda). As informações são do Deral/Seab e da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (Apre).

O setor madeireiro aderiu há um mês ao Programa Caminhos do Desenvolvimento através da Apre. Atualmente o segmento gasta com manutenção da frota e das estradas rurais cerca de 80 milhões ano. A informação é do diretor executivo da Apre, Carlos Mendes.

"Para nós esse programa é importante porque serão criadas rotas alternativas para escoamento da produção que acontece o ano inteiro. Além da manutenção precisamos de obras de sustentação das estradas e drenagem", completa.

A coordenadora de planejamento para o segmento madeira da Secretaria de Infraestrutura, Josil Voidela Baptista, informa que o programa será feito em etapas. "Como o relevo da região sul do Paraná, onde estão concentradas as indústrias é muito acidentado a implantação do programa será feita em etapas".



Na primeira etapa será feito um projeto piloto em oito municípios: Irati, Inácio Martins, Rio Azul, Mallet, União da Vitória, Palmas, Bituruna e General Carneiro. Já foram levantadas informações de 11 empresas do setor agroflorestal nessas cidades. O levantamento de dados do setor foi feito através de uma pesquisa com 26 perguntas. A tabulação das informações será concluída até final de outubro. Em um levantamento preliminar uma das rotas alternativas indicadas por uma empresa trará uma economia de trajeto de 80 quilômetros entre a estrada que sai de Inácio Martins para Mallet. Até o fim do ano será assinado o termo de cooperação que identificará as responsabilidades de cada setor, como orçamento, cronograma de obras e projetos que farão parte do programa.

Além das cadeias produtivas - sucroalcooleira e da madeira, a avicultura e a indústria do cimento também já fizeram consultas técnicas ao DER para viabilidade de parcerias semelhantes.

A Exame e a Anvisa em exame

Revista critica burocracia, mas erra o alvo na produtividade

BRASIL | agronegócio

PRAGA DIFÍCIL DE VENCER

A agricultura sofre um mal que está fora do campo: a lentidão das decisões da Anvisa, agência que avalia os pedidos de licença de defensivos para as lavouras

PATRICK CRUZ

A JAPONESA IHARA, INSTALADA EM SOROCABA, no interior paulista, é uma das maiores fabricantes de defensivos agrícolas do Brasil. Seus 4% de participação de mercado são obtidos principalmente com a venda de fungicidas, inseticidas e outros itens para o combate de pragas em frutas e verduras – diferentemente de concorrentes como a suíça Syngenta e as alemãs Bayer e Basf, cujas vendas se concentram em produtos usados nas principais commodities agrícolas, como soja e algodão. Em janeiro, a Ihara conseguiu a liberação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de um produto vital para sua estratégia de avanço no mercado brasileiro: um regulador de crescimento das macieiras, que permite o surgimento de maçãs maiores, de melhor valor comercial. O plano de liberação do produto vingou – mas com sete anos de atraso. "Sempre diziam na Anvisa que estava faltando um documento no nosso pedido de licença, mas na verdade até sobrou papel", diz Rodrigo

50 | www.exame.com

A matéria "Praga difícil de vencer" da revista Exame, na edição da segunda quinzena de setembro, é quase perfeita. Quase, porque revela as barreiras, a grande burocracia e a demora em se obter licenças para novos agrotóxicos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Mas ao utilizar a burocracia como fator de paralisação de produtividade nos campos de grãos do país, incorre num equívoco. A revista afirma que "de 1993 a 2003, a produtividade das lavouras cresceu 27%, puxado pelo avanço da profissionalização da agricultura brasileira. Nos últimos dez anos, no entanto, a produtividade estagnou - o crescimento desde 2003 foi de apenas 4%". Na verdade, a publicação força a barra.

Adriano Riesemberg, diretor da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), diz que a reportagem revela uma "inverdade" quando atribui a queda de produtividade nas lavouras de soja à burocracia e demora na liberação de defensivos para a cultura. "A produtividade é avaliada de acordo com um conjunto de medidas, como o manejo de solo, a tecnologia, a qualidade da semente, a quantidade de fertilizantes utilizada para a cultura, entre outros. Dizer que a produção caiu por causa da demora na liberação de licenças para novos agrotóxicos só pode ser uma propaganda da indústria de defensivos agrícolas", critica.

Segundo ele, de acordo com a reportagem, realmente o processo de liberação do uso de novos defensivos é lento e uma das razões é a falta de técnicos na Anvisa. "É muita análise para pouca gente trabalhando", avalia.

A reportagem traz informações sobre a japonesa Ihara – uma das maiores fabricantes de defensivos agrícolas do país – que demorou sete anos para conseguir a liberação da Anvisa para um produto regulador de crescimento de macieiras. A matéria mostra um comparativo: enquanto nos Estados Unidos e na União Europeia uma análise para a liberação do registro leva em média dois anos, aqui não sai por menos de sete anos.

No Brasil, três órgãos são responsáveis pelo licenciamento: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) e a Anvisa. Segundo a reportagem, apesar do trabalho a seis mãos, é sobre a Anvisa - responsável pela avaliação dos riscos à saúde – que recaem as principais críticas. "Com uma fila de 1.267 pedidos de licença, a agência libera cerca de 150 defensivos por ano. A falta de pessoal é uma das principais razões da lentidão", mostra a matéria.

Ainda de acordo com a publicação, essa escassez de gente não explica todo o problema. "Já ouvi de uma técnica que seu trabalho é barrar os pedidos. Estão misturando ideologia com análise científica", disse um executivo ouvido pela revista.

Produtividade

Dados divulgados pelo Departamento e Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) mostram que, de 1995 a 2013, a produtividade da soja cresceu 33% no Paraná – lembrando que em alguns anos houve a quebra da safra por intempéries climáticas. Em 1995, a média de produção era de 2.540 quilos de soja por hectare, hoje atingiu 3.380 quilos por hectare. “Todos os investimentos em tecnologia, compra de maquinário, manejo do solo, entre outros, contribuíram para o aumento da produtividade no nosso Estado”, explica o economista Marcelo Garrido, do Deral.

O plantio de soja da nova safra já começou em várias regiões do Paraná e a estimativa do Deral é que a área aumente em 20 mil hectares, somando 4,85 milhões de hectares. O número representa um crescimento de 4% na comparação com a safra anterior, com uma produção de 16,13 milhões de toneladas de soja.

Na prática

Na região de Guarapuava, a média de produção de soja atingiu 3,6 mil quilos por hectare na última safra. Assim como Riesemberg e Garrido, o produtor Rodolpho Luiz Werneck Botelho explica que um conjunto de fatores deve ser avaliado quando o assunto é produtividade. “O uso de herbicidas, inseticidas ou fungicidas ocorre para não ter uma quebra na produtividade, mas não significa que eu vá ter um aumento na produção”, observa. Segundo ele, o diferencial para aumentar a produção está na quantidade de adubo. “Quanto mais adubo, maior a produção”. Em relação à liberação de defensivos, ele reclama da lentidão. “Enquanto o mundo todo está usando um produto químico, nós não podemos usar porque o processo está parado em Brasília”, criticou.

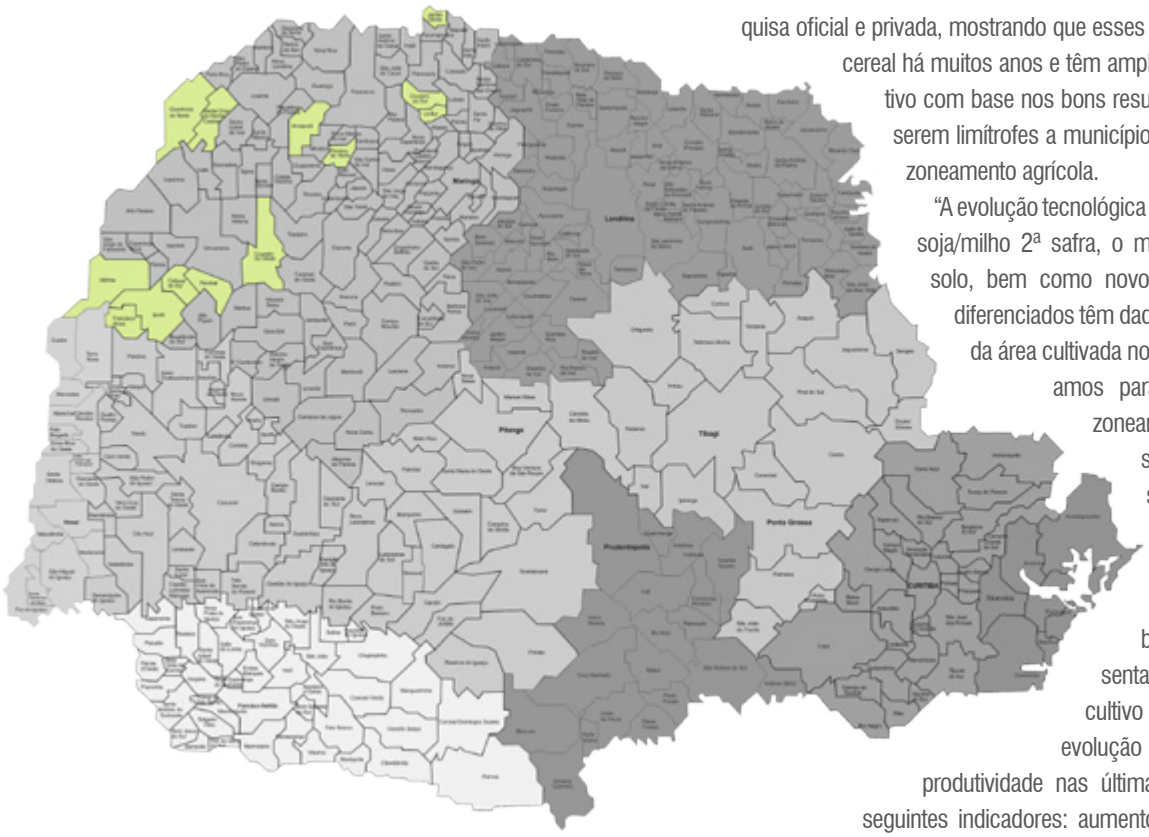
Protone

A lentidão dos processos para a liberação de registros de defensivos agrícolas na Anvisa é uma das queixas mais frequentes no setor agropecuário. Um exemplo disso ocorre no setor de fruticultura do país, que há dois anos batalha pela liberação do uso de Protone, um produto a base de S-ABA – o ácido abscísico é um regulador de crescimento natural das plantas. Na cultura da uva desempenha um papel extremamente importante sobre a coloração das uvas.

Segundo Ivan Pinto, da Comissão Nacional de Fruticultura da CNA e da Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FAEB), a proibição do uso do produto significa prejuízo ao produtor já que países como o Chile, Peru e Estados Unidos, principais concorrentes, utilizam o Protene. “ Nenhuma legislação do mundo é como a do Brasil. O processo é liberado pelo Mapa e o Ibama, mas basta chegar na Anvisa para que não saia mais do lugar”, criticou. Para tentar agilizar a liberação do registro do Protene, o setor entregou um documento no último dia 2 de setembro ao coordenador da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fruticultura, Francisco de Assis Mesquita, pedindo agilidade no processo.

Direito adquirido

SEAB, FAEP e Ocepar pedem inclusãode municípios em zoneamento de milho



A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), a FAEP e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) solicitaram ao Ministério da Agricultura a inclusão no zoneamento agrícola ano safra 2013/14 de vários municípios paranaenses.

No documento encaminhado ao secretario de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller, e ao coordenador do Zoneamento Agrícola de Risco Climático, Gustavo Bracale, as três instituições indicam como aptos para a cultura de milho 2ª safra os municípios de: Francisco Alves, Iporã, Perobal, Cruzeiro do Oeste, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Sul, Uniflor, Altônia, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Paraíso do Norte, Jardim Olinda e Amaporã, localizados no Noroeste paranaense. O objetivo dessa medida é dar sustentabilidade à produção e possibilidade de acesso às políticas de Proagro e Seguro Rural.

A solicitação está baseada em dados de campo e da pesquisa oficial e privada, mostrando que esses municípios produzem o cereal há muitos anos e têm ampliado suas áreas de cultivo com base nos bons resultados obtidos, além de serem limítrofes a municípios já contemplados pelo zoneamento agrícola.

"A evolução tecnológica no sistema de produção soja/milho 2ª safra, o manejo da cobertura do solo, bem como novos híbridos com ciclos diferenciados têm dado base para a expansão da área cultivada nos municípios que pleiteamos para serem incluídos no zoneamento agrícola para os solos do tipo 02 e 03", sustenta o documento.

O Paraná tem na produção de grãos e carnes sua base econô-mica, apresentando consistência no cultivo do milho 2ª safra. A evolução da área, produção e produtividade nas últimas seis safras têm os seguintes indicadores: aumento de área em 35%, de produção em 76% e de produtividade em 30%, conforme o Quadro 01 (veja ao lado).

E o documento acrescenta que o zoneamento agrícola dá ao agricultor a possibilidade de identificar a melhor época de plantio das culturas nos diferentes tipos de solos e ciclo das cultivares. "Isso é fundamental para dar sustentabilidade à produção agrícola e toda a cadeia produtiva", argumenta o texto.

No Quadro 02 (veja ao lado) está a relação dos municípios em que a SEAB, FAEP e Ocepar solicitam que sejam contemplados com o zoneamento agrícola para o plantio de milho 2ª, destacando as áreas plantadas e as significativas produtividades.

Assinam o documento

Norberto Anacleto Ortigara, **Secretário da Agricultura e Abastecimento - Seab - PR** | Ágide Meneguette, **Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP** | João Paulo Koslovski, **Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar**

Quadro 01 – Evolução da área, produção e produtividade do milho 2ª safra - PR

Safra	Área cultivada (milhões ha)	Produção (milhões ton)	Produtividade (ton/ha)
2005/06	0,73	2,0	2,8
2006/07	1,04	4,1	3,9
2007/08	1,59	5,9	3,7
2008/09	1,52	4,5	3,0
2009/10	1,36	6,8	5,0
2010/11	1,70	6,4	3,8
2011/12	2,04	9,9	4,9
2012/13	2,15	10,4	4,8

Fonte: SEAB/DERAL, Elaboração: Ocepar, Faep e Seab.

Quadro 02 – Evolução de área e produtividade dos 13 municípios da Região Noroeste - PR

Nº	Municípios	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12
		Produtividade (kg/ha)							
1	Francisco Alves	3.714	3.741	4.038	3.911	2.198	4.707	3.552	4.517
2	Iporã	3.500	3.500	3.741	3.678	1.135	3.143	3.207	3.518
3	Perobal	2.466	3.000	3.571	3.571	1.900	3.731	3.029	4.733
4	Cruzeiro do Oeste	3.629	3.700	3.000	3.500	2.153	3.233	3.063	3.561
5	Cafezal do Sul	3.333	2.700	3.714	3.000	1.079	3.477	2.663	3.520
6	Cruzeiro do Sul	3.959	4.778	3.405	3.681	3.200	4.341	4.270	5.820
7	Uniflor	2.500	2.846	2.956	3.996	3.092	4.757	3.894	4.988
8	Altônia	4.000	3.083	4.750	3.400	2.533	3.226	2.636	3.235
9	Querência do Norte	3.000	3.750	3.756	4.814	3.128	5.879	4.032	5.429
10	Santa Cruz de Monte Castelo	2.889	3.018	4.754	4.952	3.132	5.642	4.036	5.357
11	Paraíso do Norte	3.538	3.485	4.458	3.583	2.567	5.361	4.514	5.137
12	Jardim Olinda	1.618	3.500	3.365	3.258	2.293	4.655	4.164	5.526
13	Amaporã	2.307	2.226	2.333	3.357	1.750	3.955	3.591	3.591
Nº	Municípios	Área (ha)							
1	Francisco Alves	350	5.400	10.400	12.014	9.096	9.040	13.115	10.100
2	Iporã	2.500	2.400	7.150	8.945	5.200	6.550	6.150	6.160
3	Perobal	1.160	800	3.500	3.500	2.500	2.100	5.150	5.150
4	Cruzeiro do Oeste	700	2.100	2.750	3.510	1.600	860	2.170	2.160
5	Cafezal do Sul	600	500	1.050	1.350	1.520	2.150	2.150	2.060
6	Cruzeiro do Sul	1.450	1.536	1.280	1.923	1.250	1.547	1.430	1.760
7	Uniflor	400	650	900	1.085	710	700	850	1.504
8	Altônia	500	1.200	1.600	3.000	900	1.750	2.200	1.130
9	Querência do Norte	7.000	6.000	4.300	4.300	5.000	4.780	6.200	6.300
10	Santa Cruz de Monte Castelo	4.500	4.150	3.050	4.200	2.650	3.774	3.935	4.335
11	Paraíso do Norte	1.050	1.000	896	1.800	1.340	1.120	1.770	1.907
12	Jardim Olinda	2.240	2.195	1.453	1.118	668	1.364	1.422	1.934
13	Amaporã	2.100	1.900	1.200	700	400	1.100	1.290	1.290

Fonte: SEAB/DERAL, Elaboração: Ocepar, Faep e Seab.

SEBASTIÃO SALGADO

Quem assistiu o programa Roda Viva na noite o último dia 16, gerado pela TV Cultura (SP) e retransmitido por várias emissoras do país (em nosso Estado, pela E-Paraná Canal 9), se emocionou.

"Não sou um artista, sou um fotógrafo, Nas minhas fotografias você conhece a minha história, você vê a minha luz, minha fotografia é a minha forma de vida. Sou um contador de histórias".

E que histórias são as de Sebastião Salgado, mineiro de Aimorés, 69 anos, mestre em economia pela Universidade de São Paulo e doutor nessa área pela Universidade de Paris. Apenas aos 29 anos ele descobriu a fotografia, arte que o fez esquecer as teorias econômicas, mergulhando literalmente a fotografar o ser humano e a natureza em praticamente todos os cantos do mundo.

Para tornar-se um dos mais, senão o mais famoso fotógrafo do planeta, Salgado Trabalhou para a agência de imagens Gamma a partir de 1975 e, em 1979, ingressou na agência Magnum, ambas consideradas as melhores do mundo. Em 1981, durante uma reportagem para o jornal The New York Times, foi o único profissional a registrar o atentado ao presidente norte-americano, Ronald Reagan, o que lhe deu grande destaque internacional.

Publicou vários livros e recebeu os maiores prêmios de fotografia existentes. Seu último livro é "Genesis", lançado em seis países, com uma tiragem inicial de 50.000 exemplares e deve alcançar a marca de 1,5 milhão de exemplares vendidos.

São 245 fotografias, divididas em cinco seções geográficas que registram maravilhas que ainda resistem à transformação do nosso tempo. Sebastião Salgado conta que: "nessas fotos que registro parte de minha vida; em uma fração de segundos que marca um momento, conto uma história de oito anos".

Sempre preferiu trabalhar com fotos em preto e branco, cores que segundo ele, retratam com mais vigor as imagens obtidas. Baleias, pinguins, leões marinhos, jacarés, jaguares, leões e elefantes africanos são mescladas com instantâneas de gente, vulcões da África Central, desfiladeiros do Grande Cânion e icebergs de formas improváveis.

Os cenários impressionantes que Salgado retrata ganham ainda mais força com o contraste que as lentes do mineiro buscam entre céu e terra, neve e mar. As luzes, as sombras e os movimentos desfocados são os instrumentos que o fotógrafo utiliza para emoldurar cada uma das imagens que compõem o trabalho.

A destruição familiar dos gorilas

Ele afirmou no programa da TV Cultura que os gorilas aprisionados em zoológicos significam o fim de uma família. "Gorilas tem avós, pais, filhos e netos. Os caçadores eliminam os mais velhos para prender o gorila-bebê", contou. Ao fotografá-los na África, lembrou: "comecei a andar na direção de uma gorila e ela não gostou. Quando passei a caminhar lentamente para trás, respeitando o território, ela passou a me aceitar". Um dos primatas aproximou-se e se viu na lente da máquina. Ao se reconhecer passou a movimentar as mãos em direção a boca.

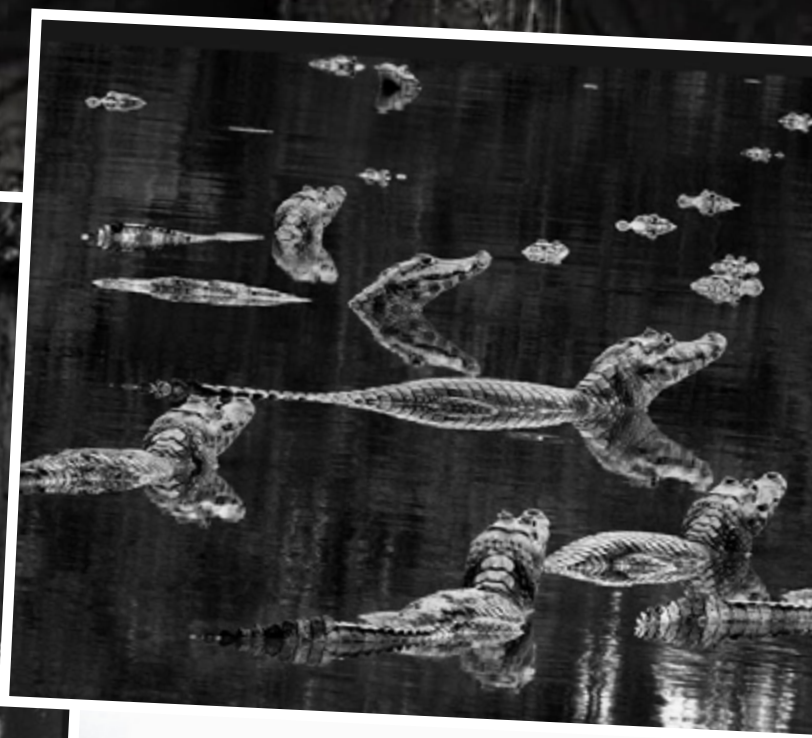
"A câmera é uma continuidade dos meus dedos, dos meus olhos".

A intimidade
da tartaruga gigante

Uma de suas experiências foi na Ilha de Galápagos, onde Salgado relata o momento em que tentava tirar fotos de uma velha tartaruga, que não lhe dava alguma chance de se aproximar. “Tive que parar e refletir naquele exato momento, e saber que para se chegar a certa intimidade com o lugar ou animal que estou querendo fotografar, deve-se saber a importância do seu lugar e espaço. É preciso chegar a um nível de igual pra igual, de respeito e privacidade do animal, quando isso acontece você consegue se misturar a paisagem, olhar com os olhos do animal”. Salgado deitou-se com suas máquinas fotográficas e se arrastou, movimentando-se com os cotovelos. A tartaruga gigante ao perceber esse comportamento deu meia volta e foi ao seu encontro, deixando-se fotografar.

Rota Etíope

Salgado percorreu, a pé, com 13 jumentos e seus donos “lá quando você aluga o animal, o dono vem junto” 850 quilômetros nas montanhas da Etiópia, fotografando personagens que vivem isolados e campos de refugiados.



O sorriso do jacaré pantaneiro

O mesmo comportamento ele adotou ao tentar fotografar milhares de jacarés que “lagarteavam” à beira do Pantanal mato-grossense. Ao perceberem Salgado, mergulharam. Ele – como fizera em Galápagos – deitou-se de bruço e foi se arrastando com os cotove-los. Os jacarés começaram a sair do alagado e ir em sua direção curiosos. “Teve jacaré que sorriu para mim”, contou rindo Salgado no “Roda Viva”.

Desafios de coordenação no agronegócio

"No agronegócio brasileiro a maior dificuldade atual não é produzir, mas sim transportar".

Por Marcos Sawaya Jank*

Em 1957, os professores da Universidade Harvard John Davis e Ray Goldberg cunharam o termo agribusiness, traduzido em português como agronegócio. O objetivo deles era mostrar que o setor agropecuário não era mais um elo isolado e autônomo da economia, chamado de "setor primário". Nos Estados Unidos, naquele momento o setor agropecuário já se encontrava fortemente conectado a indústrias situadas a montante (máquinas, fertilizantes, agroquímicos, sementes, etc.) e a jusante (processamento e distribuição) dele.

Passados 55 anos desde a publicação desse trabalho inaugural, aqui, no Brasil, ainda há muita gente que acredita que a agricultura seria um setor com baixos índices de produtividade, valor adicionado e inovação. Para essas pessoas, a presença dominante de commodities na nossa pauta exportadora seria um sinal de subdesenvolvimento a ser revertido pela política pública. Acontece que o agronegócio não é mais "primário". Ele começa nos insumos modernos, passa pela agropecuária e termina na forma de comida, bebida, roupas, energia, plásticos e uma infinidade de produtos acabados que desmontam por completo a ideia simplista da divisão da economia nos setores primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços). Sistemas produtivos de base agrícola incluem todos esses segmentos.

Outra miopia frequente é a afirmação de que o agronegócio seria coisa de grandes produtores e agroindústrias - e o pequeno produtor familiar representaria um modelo mais sustentável, capaz de

sobreviver sem ele. O fato, contudo, é que o termo agronegócio, desde a sua origem, em 1957, nada tinha a ver com a "grande produção", tal como afirmado no Brasil. Ao contrário, qualquer que seja o seu tamanho, para sobreviver o produtor fatalmente acaba tendo que se inserir em cadeias agroindustriais sofisticadas marcadas por contratos complexos, envolvendo escolha de pacotes tecnológicos, processamento, marketing, abastecimento, distribuição e financiamento. Basta dizer que hoje a política agrícola mais importante para o agronegócio se chama "logística". Costuma-se dizer que a cadeia é tão forte quanto o seu elo mais fraco. No agronegócio brasileiro, a maior dificuldade atual não é produzir, mas sim transportar. Esse é o elo frágil, que impacta o agronegócio mais do que qualquer outro setor da economia.

Um dos aspectos mais importantes do agronegócio é o tema da coordenação das cadeias produtivas, que podem ser ou não marcadas por relações construtivas e ganhos sistêmicos de eficiência.

Em alguns setores, a coordenação entre os elos da cadeia resolve-se unicamente pelo sistema de preços. Exemplos são as commodities cujos preços são fixados de forma transparente e universal em bolsas de físicos e futuros, como a soja, o milho e o algodão.

Em outros, a especificidade dos ativos demanda dos agentes a montagem de uma cadeia de suprimentos mais sofisticada, com planejamento de oferta e cuidados extremos com questões de qualidade, sanidade e rastreabilidade de produtos. Um bom exemplo são as cadeias de suínos e aves, marcadas por sistemas contratuais estabelecidos entre produtores e indústrias que têm gerado impressionantes ganhos de produtividade, favorecendo inclusive a integração de milhares de pequenos produtores às agroindústrias e cooperativas, como observado nos Estados do Sul do País.

Há ainda casos de cadeias produtivas marcadas pela integração vertical para trás, com a indústria adquirindo terras e ativos de produção agropecuária, como no exemplo da cana-de-açúcar, da laranja e do eucalipto. A integração completa justifica-se nos casos em que a eficiência depende do controle de áreas produtivas ao redor da indústria, em que a matéria-prima tem um ciclo de produção mais longo ou é altamente perecível. Nesses casos, as indústrias procuram produzir elas mesmas uma parte da matéria-prima de que necessitam, sem ter que depender unicamente do mercado spot para obtê-la.

Dois temas costumam provocar polêmica nesse último caso: deve a agroindústria focar os seus recursos na aquisição de ativos agrícolas ou desenvolver contratos com produtores que lhe permitam concentrar-se no processamento e nos mercados finais? Nesse último aspecto, faz sentido contar com preços de referência que gerem sinalização, transparência e menor volatilidade ao sistema? O centro da discussão são os limites da integração vertical e os parâmetros que poderiam ser usados para criar incentivos e melhorar o relacionamento e a livre negociação entre os agentes.

No caso da cana-de-açúcar, há 13 anos preços de referência são discutidos num conselho formado por um número equitativo de representantes de associações de produtores e agroindústrias. O mecanismo, conhecido como Consecana, baseia-se na construção de consensos entre as partes sobre as margens da atividade agrícola, a partir do levantamento de preços relevantes dos produtos finais e de índices técnicos que permitam calcular os custos de produção.

A cadeia citrícola brasileira padece do mesmo problema que a cana-de-açúcar e busca formas de tornar viável o seu conselho. O Consecitrus pretende construir preços de referência para a laranja na fazenda, além de avanços em temas sistêmicos como o combate às pragas e doenças que têm dizimado a citricultura e os esforços de comunicação para aumentar o consumo de suco.

O fato é que mecanismos puros de mercado aparentemente já não resolvem os desafios sistêmicos de competitividade e sustentabilidade de importantes cadeias produtivas. Sistemas contratuais mais complexos podem ser a solução para criar incentivos de longo prazo e lidar com as novas exigências dos consumidores em termos de certificação, rastreabilidade de produtos, respeito ao meio ambiente, qualidade e bem-estar.

*Jank é Sócio-diretor da Plataforma Agro. No dia 23 de setembro, assume a Diretoria Global para Assuntos Corporativos da BRF. E-mail: marcos@jank.com.br

** ***Publicado em O Estado de São Paulo – 18.09.2013***

Agrinho: mais de 5 mil trabalhos avaliados

Processo de seleção segue até o dia 2 de outubro

O 'Programa Agrinho 2013' completa esse ano 18 edições estimulando o envolvimento de comunidades escolares em projetos sociais de cidadania, meio ambiente e saúde. Promovido e realizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, nessa edição o programa selecionou 5.238 trabalhos nas categorias: Município Agrinho, Experiência Pedagógica, Escola Agrinho, Redação (2ª a 9ª séries) e Desenho (educação Especial e 1ª série) do Ensino Fundamental, de escolas das redes pública e privada.

Os trabalhos selecionados estão sendo analisados por uma equipe de técnicos, profissionais ligados a agricultura e professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-Pr). O processo de seleção começou no dia 16 de setembro e segue até o dia 02 de outubro.

A psicóloga e pedagoga, Mônica Caetano da Silva, da Secretaria de Estado da Educação participa pela primeira vez da banca de análise dos trabalhos. "Eu não conhecia o programa, mas até o momento estou achando a proposta muito interessante. É uma metodologia que se bem utilizada poderia ser adotada por qualquer escola com resultados positivos, transformando o aluno em um agente ativo do processo da educação e não apenas um personagem passivo que só recebe informações e dados", diz.

A administradora Ana Loyde, representante do Tribunal Regional do Trabalho, participa pelo segundo ano da banca de avaliação do Agrinho. "Minha mãe foi professora de escola pública. Conhecer esse programa de perto, entender como ele funciona e o que proporciona as crianças é sensacional. O Agrinho muda a mentalidade das crianças que merecem novas oportunidades de se prepararem para o futuro", finalizou.

Município Agrinho

Os primeiros trabalhos analisados foram da categoria Município Agrinho. Esse ano foram pré-selecionados 17 trabalhos e 10 foram selecionados como finalistas que receberão prêmios.

O município vencedor desse ano foi Ribeirão Claro, que receberá cinco computadores; 2º lugar, três computadores; 3º lugar, dois computadores, e os demais um computador cada. Uma das

exigências do regulamento do programa é que a distribuição dos computadores contemple as escolas envolvidas diretamente com o projeto.

Após o anúncio dos vencedores, os supervisores do SENAR-PR dos municípios correspondentes definem com as Secretarias da Educação quais as escolas que receberão os computadores. E são elas que participarão da cerimônia, que esse ano será dia 28 de outubro em Curitiba.

"Essa é a única categoria em que anunciamos o resultado antes do dia da premiação. Um dos itens avaliados pelos profissionais nessa categoria é o envolvimento do município no programa e o quanto ele contribuiu para a realização das ações do projeto", explica a pedagoga e técnica do SENAR-PR, Josimeri Gren.

O Sistema FAEP/SENAR tem como parceiros nesse programa: os sindicatos rurais, governo do Estado, Prefeituras, Ministério do Trabalho e Emprego, Receita Federal, Ministério Público do Trabalho, Previdência Social, Tribunal Regional do Trabalho, Banco do Brasil, Itaipu Binacional e Dow AgroSciences.

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	RESPONSÁVEL PELO RELATO
1	Ribeirão Claro	Tatiana Paschoal Chagas
2	Castro	Luciane Aparecida da Silva Farias
3	Moreira Sales	Edna Aparecida Filipim
4	Goioerê	Edna Aparecida Filipim
5	Bituruna	Eduardo Ribas Conrado
6	Arapongas	Sirlei de Fátima Anselmo
7	Campina Grande do Sul	Márcia Regina Vicente de Paula
8	Quatro Barras	Adryana Valéria dos Santos Garrett
9	Campo Mourão	Carla Poma Nunes
10	Engenheiro Beltrão	Marlene Brito Alves de Souza

Cartas

Cartilha do C. Florestal

Ao Sr. Ágide Meneguettte
Presidente FAEP

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho, através deste ofício, agradecer a cedência do material acerca do código florestal, que será usado em informativo do meu mandato. Aproveito ainda para parabenizar o excelente trabalho e agilidade de sua equipe de comunicação, tanto que o informativo mensal da FAEP é leitura constante no gabinete, sempre trazendo informações completas e atualizadas do setor rural.

Aproveito ainda para colocar meu gabinete à sua disposição. Saudações democráticas,

Alceu Moreira
Deputado Federal (PMDB/RS)

Falecimento

Advogado, político e líder sindical rural, Otélio Renato Baroni , o Dr. Baroni, como era mais conhecido em Jaguariaíva, cidade onde era o prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, faleceu em Curitiba no último dia 17. Além das atividades profissionais e políticas, teve participação no sindicato rural do município e junto a FAEP, onde exerceu uma de suas vice-presidências na década de 70.

40 anos de Plantio Direto em C. Mourão

Agrônomos homenageiam seus pioneiros na tecnologia

Campo Mourão é o segundo município na história do Plantio Direto no Brasil. – o primeiro foi Rolândia – norte do Paraná. Lá o agricultor Herbert Bartz, considerado o "pai do plantio direto no Brasil" implantou a tecnologia fazendo em, 1972, o primeiro plantio da história, com a importação de uma plantadeira dos Estados Unidos, *Allis Chalmers*. Depois, vieram os municípios de Campo Mourão (safra 1973), Mauá da Serra (1974) e Ponta Grossa (1976).

Os 40 anos do plantio direto em Campo Mourão foram lembrados no último dia 14 pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão (AEACM). A Associação home-nageou cinco pioneiros do Plantio Direto na região Centro-Oeste paranaense: Ricardo Accioly Calderari, Joaquim Peres Montans e Antonio Álvaro Massareto, Gabriel Borsato e Henrique Salonski (em memória), representado no evento por Carlos Henrique Salonski. O presidente da entidade, Roberto Destro, destacou a importância da homenagem aos pioneiros. "Esses pioneiros merecem reconhecimento porque foram os primeiros que acreditaram nesse sistema em função das dificuldades que se tinha na época para conseguir lavrar a terra", explica.

O pioneiro Peres Montans lembrou que na colheita de 1974 sua produtividade foi de 70 sacas de soja por alqueire, mas atualmente a média supera 150 sacas por alqueire. "O segredo é a continuidade do sistema e não mexer no solo", explicou Montans. Orgu-lhoso em fazer parte deste pioneirismo no Brasil, ele afirma que o plantio direto é uma revolução para os agricultores. "Hoje, 40 anos depois, com novas variedades e praticando adubação verde, rotação de culturas é uma técnica de vanguarda, podemos elevar ainda mais nossas produtividades".

O engenheiro agrônomo Ricardo Accioly Calderari, diretor-secretário da Coamo. lembra que os agricultores na época, tinham duas grandes preocupações: precisavam de chuva, mas quando chovia, às vezes nem precisava ser muito forte, para que as terras fossem literalmente 'lavadas' e tudo se perdia, a lavoura e o solo. "Se existe agricultura hoje é porque existe o plantio direto", conta.

ADESÃO - No final da década de 70, a região de Campo Mourão contava com dez mil hectares de Sistema de Plantio Direto (SDP). Mas, foi a partir dos anos 80 que a tecnologia teve o seu grande momento. "Em 1984 já tínhamos catalogado na região de Campo Mourão cerca de 60 mil hectares de lavouras em SDP. Hoje, o sistema ocupa praticamente 100% das áreas de cultivo da região", comemora Calderari.

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 09/2013

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 17 de Setembro de 2013 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em Agosto de 2013 e a projeção dos valores de referência para o mês de Setembro de 2013, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite CONSELEITE IN62", que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - AGOSTO/2013

Matéria Prima	Valor projetado em agosto/2013	Valor Final agosto/2013	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,9267	0,9291	0,0024

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o "Leite CONSELEITE IN62" corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - AGOSTO/2013 E PROJETADOS PARA SETEMBRO/2013

Matéria Prima - Valores finais	Valor final agosto/2013	Valor projetado setembro/2013	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,9291	0,9269	-0,0022

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o "Leite CONSELEITE IN62" correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Setembro de 2013 é de R$ 1,6661/litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 17 de setembro de 2013

RONEI VOLPI Presidente **WILSON THIESEN** Vice - Presidente

G7 com o secretário Luiz Carlos Hauly

Uma reunião-almoço foi realizada quarta-feira (18/09), na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba, com o secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Luiz Carlos Hauly e presidentes e representantes das entidades que integram o G-7. A finalidade do encontro foi ouvir o secretário sobre questões relacionadas às finanças do Estado e abrir um canal de diálogo entre o grupo e a secretaria, especialmente a respeito das questões tributárias ligadas ao setor produtivo paranaense.

A reunião foi bastante produtiva e serviu para que as lideranças entregassem ao secretário, um documento com algumas reivindicações importantes, entre elas uma melhor definição ao recurso hierárquico nos processos julgados pelo Conselho de Contribuintes e da incidência de ICMS sobre materiais de uso e consumo nas indústrias e agroindústrias do estado.

Presenças

Participaram desse encontro na sede do Sistema Ocepar, além do secretário da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, o presidente do Sistema Ocepar e coordenador do G-7, João Paulo Koslovski, Darci Piana, da Fecomércio, Edson Campagnolo, da Fiep, Ágide Meneguette e Carlos Augusto Albuquerque, da Faep, Sérgio Malucelli, da Fetranspar, Flávio Balan, da Faciap, José Eduardo Sarmento, da ACP e Wilson Thiesen do Conselho de Contribuintes.

Lei da Integração na Câmara Federal

Conhecida como Lei da Integração, o projeto nº 330/2011, de autoria da senadora Ana Amélia (PP/RS), que regula as relações comerciais entre produtores rurais e agroindústrias, teve seu substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado. A aprovação ocorreu no início do mês e foi encaminhado à Câmara Federal, onde outros projetos assemelhados estão sendo discutidos.

Entre as mudanças trazidas pelo novo projeto está a garantia de direitos fundamentais para aqueles que produzem matéria-prima para a agroindústria. Os contratos de integração deverão observar, por exemplo, que a remuneração do produtor não poderá ser inferior ao custo de produção. A matéria também prevê a responsabilidade de ambas as partes no cumprimento da legislação sanitária, deixando de ser um ônus apenas do produtor integrado.

Outra novidade benéfica para os produtores rurais é a criação da Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC), a quem as partes deverão recorrer para interpretar as cláusulas do contrato de integração, discutindo os problemas de forma regional. Outra instância de discussão prevista no projeto é o Fórum Nacional de Integração, formado por representantes dos produtores e das agroindústrias, divididos por cadeia produtiva, responsável por definir as diretrizes para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração e fortalecer estas relações.

Revisão da NR 31

Na última terça-feira (17/09) o município de Maringá sediou a quarta reunião anual da Comissão Permanente Nacional Rural do Ministério do Trabalho. Na pauta entre os temas debatidos estava a revisão de alguns itens da Norma Reguladora 31 – 31.12, que trata de máquinas e equipamentos e a 31.23, que aborda a Área de Vivência que trata as instalações sanitárias e alojamentos dos trabalhadores.

Estavam presentes como representantes do governo: pelo Ministério do Trabalho - Antônio Carlos Avancini, João Batista, Rubens Mesquita e Carlos Paixão. Pelo Ministério Público do Trabalho Jonas Moreno. Pelos empregadores - Cristiano Zaranga representando a Confederação Nacional da Agricultura; Klaus Kuhnen e Francisco Nascimento representando a Federação da Agricultura do Estado do Paraná; Gustavo Castro representando a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina; Breno Bizzi representando a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e Priscila Couto representando a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso. Como representante dos trabalhadores João P. Silva da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.

Informe

FUNDEPEC-PR SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/07/2013

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R$				DESPESAS EM R$			SALDO R$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44		21.565.906,73		2.341.952,64	-	28.205.292,43
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80		2.277.698,64		181.518,99	-	14.630.105,47
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48		2.244.558,82		-	-	6.069.093,45
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78		93.130,59		-	-	170.453,37
Setor Ovinos e Caprinos	123,76			9.248,90		-	-	15.087,51
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50		115.349,74		-	-	199.357,65
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-			-	141.031,00
TOTAL	**20.744.182,00**	**4.624.105,00**	**141.031,00**	**26.444.574,51**	**542.225,27**	**2.664.502,63**	**77.567,43**	**49.211.822,45**
SALDO LÍQUIDO TOTAL								**49.211.822,45**

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R$ 2.000.000,0 | 3º - 04/09/2001 >> R$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R$ 1.600.000,00 | 12º - 17/12/2012 >> R$ 6.763.182,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repasse mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

PEROBAL

Olericultura

O Sindicato Rural de Perobal realizou nos dias 20, 21 e 31 de agosto o curso de Trabalhador na Olericultura Básica - olerícolas de raízes, bulbos e tubérculos - alho, batata, batata-doce, beterraba, cebola, cenoura, mandioca, nabo e rabanete. O curso foi ministrado pelo instrutor Carlos Biazoto para um grupo de 12 produtores e produtoras rurais.

CAMPINA DA LAGOA

Jardineiro

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o Curso - Jardineiro - Implementação e Manutenção, no período de 28 a 30 de agosto. O curso foi realizado em parceria com a Prefeitura de Campina da Lagoa, que cedeu os canteiros da cidade para realização das aulas práticas. Participaram do curso 11 produtores e produtores rurais com a instrutora Heloísa Cristina Torqueti Gavioli.

RONDON

Artesanato

O Sindicato Rural de Rondon realizou nos dias 04 e 05 de setembro o curso de Artesanato de Madeira Bambu Módulo: básico em bambu. Participaram do curso 12 produtores rurais. A instrutora do grupo foi Cleide Ferreira Mattos.

SÃO JOÃO

Bovinocultura leite / inclusão digital

O Sindicato Rural de São João realizou nos dias 30 e 31 de agosto o curso de Trabalhador na Bovinocultura de Leite - Avaliação e Conformação Ideal de Vacas Leiteiras - 16 horas, com o instrutor Emerson Ferrazza. E nos dias 27 e 28 de agosto o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – inclusão digital - 16 horas, com o instrutor Vitor Arlindo Camozzato.

GUARAPUAVA

Dia do Veterinário

O Sindicato Rural de Guarapuava homenageou, no dia 11 de setembro, uma das categorias profissionais que contribuem com o sucesso e o desenvolvimento agropecuário da região - o médico veterinário. Foi organizado um café da manhã que contou com a participação de 25 profissionais da região. O dia do veterinário é comemorado no dia 9, o café precisou ser realizado no dia 11, pois nos dias 9 e 10, o sindicato sediou o 1º Simpósio de Sanidade Animal do Centro-Oeste do Paraná – um evento promovido em conjunto com a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária (Núcleo Centro-Oeste).

SANTA LÚCIA

Promoção Social

A Regional do SENAR-PR de Matelândia em parceria com a Prefeitura de Santa Lúcia realizou o curso Promoção Social - Qualidade de Vida – Idosos. O curso aconteceu no dia 28 de agosto com 24 participantes. A instrutora foi Neuci Cicheroli Dias.

UBIRATÃ/C. LAGOA

Expointer

Em parceria com a FAEP os Sindicatos Rurais de Ubiratã e Campina da Lagoa promoveram uma viagem técnica à EXPOINTER em Esteio/RS. Participaram da viagem diretores dos dois sindicatos, associados e produtores rurais. Os produtores rurais visitaram o estande do SENAR-RS onde foram recepcionados pelo funcionário Álvaro Augusto Janoni de Carvalho.

NOVA LONDRINA

Transporte passageiros

O Sindicato Rural de Nova Londrina promoveu o primeiro curso de Condutores de Veículos – DETRAN - veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros via SENAR-PR. O curso aconteceu entre os dias 02 e 06 de setembro para um grupo de 23 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Aparecido Vieira.

A Voyager I

Enviada ao espaço em 1977, a sonda Voyager I saiu do Sistema Solar no início de setembro e entrou no espaço interestelar, ou seja fora do alcance da influência de qualquer estrela. A última distância registrada foi de 19 bilhões de quilômetros do Sol, É o primeiro objeto feito pelo homem a chegar tão longe. E continua operando. Nela há um disco de ouro com mensagens gravadas em 60 idiomas, saudando uma eventual raça alienígena. De repente, né... aparece o homem marcianinho verdinho.

De ponta cabeça

Se você começasse a usar um óculos que lhe fizesse ver tudo de cabeça para baixo, em algum tempo seu cérebro se adaptaria e faria você enxergar da maneira certa. Isso ocorre porque ele já faz isso de verdade, pois a luz que captamos nos olhos é recebida de ponta cabeça, mas o cérebro faz o trabalho de virar a imagem.

Nome de índio

E aquele indiozinho perguntou para seu pai:
- Papai, por que é que nós, índios, temos esses nomes tão estranhos?
E o indiozão pai:
- Filho...Índio põe nome em criança dependendo do que acontecer na noite de núpcias!
Agora, vá dormir Camisinha-Furada!

Banco de sementes

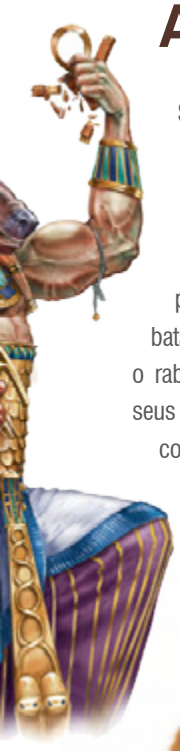
Atualmente há cerca de 1.400 bancos de sementes ao redor do mundo, mas o mais famoso é o Svalbard Global Seed Vault, criado em 26 de fevereiro de 2008. Ele funciona como repositório e cópia de segurança global para todos os outros bancos de sementes. O Brasil tem o quarto maior banco genético do mundo, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com cerca de 150 mil amostras.

Modelo alemão

O horário de verão vigora do terceiro domingo de outubro até o terceiro domingo de fevereiro. Com uma exceção: quando o último dia bate com o Carnaval, o fim é adiado para o domingo seguinte. Esse horário surgiu em 1916, na Alemanha, com o objetivo de aproveitar a claridade da manhã e adicionar uma hora de luz natural ao final da tarde, incentivando as pessoas a apagar as luzes e economizar energia.

Tempestades

As tempestades no deserto ocorrem, porque, ao amanhecer, os raios solares esquentam o solo, aumentando a temperatura do chão de 30ºC às 8 da manhã para 80ºC ao meio-dia. Esse enorme aquecimento rompe a camada fria que existe nas primeiras horas do dia próximo ao solo e origina ventos de até 100 km/h. Somente no deserto do Saara, na África, estima-se que os ventos do deserto carreguem anualmente 260 milhões de toneladas de areia para outras regiões.



Arranca-rabo

Sinônimo de briga, confusão, escândalo, a expressão arranca-rabo tem origem em Portugal, que a trouxe dos guerreiros egípcios. Eles cortavam a cauda dos cavalos das montarias inimigas para provar aos súditos a vitória em uma batalha. Aqui, os cangaceiros cortavam o rabo do gado de fazendas, para humilhar seus proprietários durante as invasões. Dava confusão, ops, era um arranca-rabo.

Se prepare

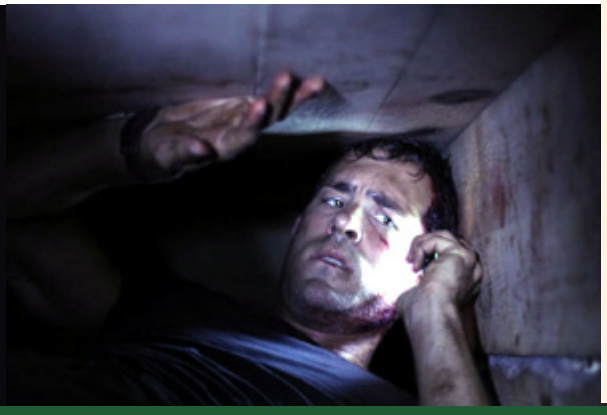
A Islândia fica quase no Pólo Norte e um dia você poderá conhecê-la. Assim, que tal decorar o nome de suas atrações? Hvalfjördur (um centro pesqueiro islandês), Snaefellsjökull (uma das maiores geleiras do país), Vatnajökull (outra geleira famosa), Fjallabak (importante reserva florestal), Pingvallakirskja (famosa igreja local), Reikjavik (capital do país). Agora, com calma, desenrole a língua.

Sobre o amigão dos homens

1 - Os cães mais inteligentes do mundo conseguem entender até 250 palavras e possuem um intelecto comparável a uma criança de dois anos. Já um vira-lata consegue entender, mais ou menos, 150 palavras. Até no mundo animal é duro ser pobre. | **2 -** Quando o cachorro coloca o rabo entre as pernas, não é apenas uma demonstração de medo. Ele faz isso para cobrir sua bunda, onde ficam as glândulas odoríferas do corpo, dessa maneira ele esconde sua "identidade".

Você é um tafófobo?

Muitas pessoas pedem para serem cremadas com medo de serem enterradas vivas. Esse receio de acordar dentro de um caixão, debaixo da terra, sufocado, é chamado tafofobia – medo de ser enterrado vivo.



OS PALITOS DE GINA

Há quem considere o seu uso uma falta de educação, mesmo quando a operação é feita sob o esconderijo das mãos, artifício que não expõe o desentulho das gengivas e cavidades dentais.

Em português claro: é feio palitar os dentes após as refeições. O fato é que, num país de desdentados como o Brasil, onde 90% dos seus jovens têm cáries e 34,18% dos indivíduos usam prótese dentária (dados do Ministério da Saúde) o palito de dentes é um item quase obrigatório nas mesas brasileiras após as refeições. Na sua ausência começa a sinfonia de barulhos de sucção dos dentes e do estalar das línguas, que se desgastam na luta contra os fiapos de costela que se recusam a abandonar as fendas dentárias.

Se não são os mais adequados para a higiene (recomenda-se o fio dental nesses casos), são indispensáveis na culinária do bife à rolê, do charuto de repolho e da folha de parreira, espetar mortadela, presunto, queijos, azeitonas e em Curitiba segurar o rollmops (cebola enrolada em sardinha conservadas no vinagre, arrrrrreeeee). Ou seja, nosso palitinho é uma tradição.

Pois os palitos de dente da marca Gina estão há mais de 40 anos na boca dos brasileiros. Da mesma forma, a modelo loira que estampa as caixas de palito já faz parte do nosso imaginário. Sua imagem foi a inspiradora de diversas comunidades em redes sociais. No Facebook, por exemplo, a página “Gina Indelicada” já amealhou mais de 3,3 milhões de fãs, que vibram com conselhos como: “Homem feio e salto alto: você vai se arrepender desta escolha antes da meia noite”.

O que poucos conhecem é a história da mulher por trás da foto. Desde 1975 estampando as embalagens do produto, a modelo Zofia Burk tem hoje 67 anos e mora em São Paulo. Depois da fatídica foto que imortalizou sua imagem, teve dificuldade para continuar na carreira de modelo fotográfico, pois ficou muito marcada como a Gina dos palitos de dente. Estudou psicologia, mas nunca exerceu a profissão, trabalhou por 17 anos na Credicard onde se aposentou e depois atuou como guia turística e parceira na agência de turismo do filho.

Para infelicidade de Gina, a empresa que explora os palitos com seu nome (Rela S/A, Ind. e Comércio, de Itatiba) não divide os resultados de sua produção de 40 milhões de palitos/dia. Imagine se palitar os dentes não fosse falta de educação.

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Falecido
- ☐ Desconhecido
- ☐ Ausente
- ☐ Recusado
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dade pelo porteiro ou sindico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ · FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ · SINDICATO RURAL

A versão digital deste informativo está disponivel no site:

sistemafaep.org.br